

14/07

CONTRIBUTOS DOS ‘SABERES VULGARES’ PARA A EDUCAÇÃO EM PORTUGUÊS

Maria Helena Ançã/ mariahelena@ua.pt

(CIDTFF/Universidade de Aveiro – Portugal)

INTRODUÇÃO

Este texto pretende contribuir para uma abordagem didáctica atenta aos ‘saberes vulgares’ (*naifs*, Jodelet, 1989) sobre a língua portuguesa (LP) e a sua aprendizagem. Recupera as representações metalinguísticas vulgares, de Beacco (2001, 2004), encontrando a *Folk Linguistics* (NIEDZIELSKI e PRESTON, 2003; PRESTON, 2008; PAVEAU, 2008) ao dar voz a indivíduos ‘leigos em linguística’ e que se assumem claramente como não especialistas.

O objectivo é, então, analisar os ‘saberes vulgares’ de cabo-verdianos e angolanos adultos residentes em Portugal, através de entrevistas semi-directivas. A partir do conceito-chave ‘representações metalinguísticas’ (RM) e para efeito de análise de conteúdo, desenharam-se as seguintes categorias: discurso metalinguístico propriamente dito; dificuldades linguísticas; estratégias de aprendizagem e de comunicação.

Os saberes destes sujeitos têm uma enorme relevância social e educativa, dado pertencerem a duas das comunidades lusófonas mais numerosas em Portugal: a cabo-verdiana (2º lugar) e a angolana (3º lugar) (SEF, 2008)¹.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente texto pretende recuperar os ‘saberes vulgares’, ou *naifs*, para Jodelet, 1989), assim como as representações metalinguísticas vulgares, de Beacco (2001, 2004), indo ao encontro da *Folk Linguistics* (NIEDZIELSKI e PRESTON, 2003; PRESTON, 2008; PAVEAU, 2008), com uma finalidade didáctica. Neste sentido, é focalizada a LP e a sua aprendizagem, convocando dois conceitos-chave: RM e *Folk Linguistics* /Linguística *Folk* (LF).

O primeiro conceito assenta na possibilidade de qualquer indivíduo, independentemente do seu conhecimento mais ou menos académico/erudito, possuir

¹ O primeiro lugar é ocupado pelos brasileiros.

saberes ‘naturais’ sobre o mundo e sobre as línguas. Quando a reflexão se debruça sobre a língua, esses saberes, explicitados ou não, conscientes ou não, controlados ou não, convergem em RM. Aliás, como nos diz Trévisé (1996, p. 24), qualquer aprendente tem actividade metalinguística e exercita-a independentemente do grau de sofisticação das suas RM e da adequação desta actividade e dessas representações à realidade linguística.

Para contextualizar o conceito de RM, convém recordar que a sua origem se encontra na Linguística. Mais tarde, foi sendo apropriado pela Didáctica das Línguas, inicialmente com autores muito próximos da Linguística (TRÉVISE, 1996; TRÉVISE e DEMAIZIÈRE, 1992; VÉRONIQUE, 1990, 2001), mas cujo campo foi recobrando aspectos sociolinguísticos (DEPREZ, 1997), tendo sido dilatado, por conseguinte, o próprio conceito.

Mais especificamente, no que se refere à apropriação de línguas, definiremos RM como o conhecimento (entre o epilinguístico e o metalinguístico²), que o sujeito tem/julga ter sobre a língua, ou línguas, sobre o seu funcionamento e sobre a sua apropriação (dificuldades auto-percepcionadas e estratégias de aprendizagem e comunicação, por exemplo). Assim, qualquer discurso metalinguístico (descritivo-explicativo) se integra neste âmbito (ANÇÃ, 2009a). As RM englobam o ‘saber não erudito’ e/ou ‘saber metalinguístico ordinário’, não se esgotando nele, e inscrevem-se ainda num tipo de saber mais geral (sobre o mundo, sobre as coisas), – o saber ‘naif’ ou vulgar (BEACCO, 2001, 2004; JODELET, 1989³).

É nossa convicção que, no quadro da Educação em Português, a integração dos saberes do sujeito ‘vulgar’, no que respeita às RM e à sua construção/desconstrução será uma mais-valia. Para Véronique (2001), aliás, as RM são os fenómenos mais solicitados no caso da apropriação de uma língua não materna, embora as RM não estejam desligadas das representações mentais ou sociais.

No que respeita às representações sociais e, mais exactamente, às sociolinguísticas, importa associá-las àquilo que Dabène (1994) designou por consciência normativa, quando

² As actividades e conhecimentos do sujeito podem diferir no grau de controlo, explicitação e reflexão, sendo metalinguísticos os conhecimentos com estas características e epilinguísticos aqueles cujo grau de controlo, explicitação e reflexão é embrionário ou inexistente.

³ Moscovici, já em 1973, se preocupava com este tipo de conhecimentos, ligando-o ao conceito de *sens-commun*. Nas suas palavras: “(...) nous sommes tous des savants, et chaque individu, dans le cadre de vie que lui est assigné ou qu’il a choisi, se forge sa propre doctrine à propos de ce qui lui arrive ou de ce qui arrive à d’autres”(1973, p.60).

focaliza as representações do sujeito sobre a gramaticalidade e a aceitabilidade nos discursos, seus e dos outros.

Uma perspectiva desta natureza, movendo-se entre fronteiras sociolinguísticas, e recuperando as vozes de sujeitos leigos em Linguística, auto-definidos como não especialistas, parece não estar desligada da LF.

O interesse pela LF surgiu nos EUA, na década de 60, do século passado, essencialmente com Hoenigswald (1966), no âmbito da Sociolinguística, realçando este autor a importância dos saberes espontâneos em qualquer tipo de ciência. Esta abordagem na época não acolheu grandes ecos, sendo preciso esperar pelos anos 2000 para o interesse se renovar, com autores como Niedziestki e Preston (2003) e Preston (2008).

Para Niedziestki e Preston (2003) e Preston (2008), a LF procura descobrir o que os não-linguistas sabem da linguagem, procurando ‘ensinamentos’ (*knowledge*) sobre as teorias linguísticas *folk* sub-jacentes. Na Europa, este tipo de estudo só recentemente mereceu alguma curiosidade, destacando-se, em França, Paveau (2008).

2.0 ESTUDO

O objectivo deste texto é, então, analisar os ‘saberes vulgares’ de três cabo-verdianos (ANÇÃ *et al.*, 2005-2007) e três angolanos (ANÇÃ, 2009a, 2009b), adultos, residentes em Portugal. Para a recolha desses saberes, foram utilizadas entrevistas semi-directivas.

2.1. Os sujeitos do estudo

Estes seis africanos têm em comum o facto de não serem estudantes de Línguas ou de Linguística, nem profissionais destas áreas. Consideram, por isso, os seus saberes nesses domínios como não legítimos. A maioria, aliás, diz não ser ‘a pessoa indicada’ para se pronunciar sobre questões linguísticas, porque já esqueceu a gramática, ou não fala Português correctamente.

Cada grupo é constituído, então, por dois sujeitos do sexo masculino: A, I/ C, J; e um do sexo feminino: M/ Ma. No que respeita a profissões/ocupações profissionais, no caso cabo-verdiano, A e I são trabalhadores-estudantes, em Aveiro⁴, e M, auxiliar de educação, na Cova da Moura⁵. Têm entre 24 e 34 anos, residindo M em Portugal há 12 anos, enquanto os restantes rondam os 7 anos. Todos referem o CCV como sua LM. O

⁴ Na zona Centro-Norte de Portugal.

⁵ A Cova da Moura situa-se a noroeste da área metropolitana de Lisboa. Este bairro é considerado uma ‘ilha’ de Cabo Verde, dada a densidade de cabo-verdianos aí residentes.

grupo angolano é composto por estudantes de pós-graduação, situando-se dois na faixa etária dos 30: C e Ma, residentes em Lisboa. Na faixa etária dos 50, situa-se J, residente em Aveiro, há menos de um ano, embora já tivesse residido nesta cidade anteriormente; os restantes estão em Portugal há mais de 10 anos. Quanto à LM, há algumas divergências: J afirma ser o Kimbundo, C diz ser a LP, sendo a língua afectiva o Umbundo, Ma elege a LP e ‘esconde’ o Kimbundo, apenas no final da entrevista consegue assumir que as suas raízes étnicas assentam nesta língua.

2.2.Pistas investigativas e análise

A análise das entrevistas desenrola-se em torno das seguintes pistas investigativas, no quadro da grande categoria RM:

- i) discurso metalinguístico propriamente dito (descrições/ explicações/ exemplificações; julgamentos normativos);
- ii) dificuldades linguísticas;
- iii) estratégias de aprendizagem e de comunicação.

Começando pelos cabo-verdianos, e analisando os seus discursos metalinguísticos, verificamos que estes vão reflectindo sobre questões linguísticas pontuais, utilizando ou não alguma terminologia. Aliás, só quando se libertam da terminologia gramatical ficam mais soltos para falar sobre as línguas e conseguem discursos menos circulares e menos hesitantes. Isso é visível, sobretudo, na locutora M, que teve um percurso académico mais curto. Utilizam especificamente um discurso interlinguístico, dado convocarem as duas línguas para a obtenção de explicações dos fenómenos em LP, ou ainda nas duas línguas.

No caso específico de descrições/explicações/exemplificações, estes sujeitos dão exemplos e explicações breves, num vai-vem entre CCV e LP. Exercitam ainda a tradução quase palavra a palavra, registando palavras iguais nas duas línguas (“cabra, branco”, I; “*kossa*, que é coçar”, M), ou palavras diferentes (“falar que é *papiar*, nós é *papiar*⁶”, M), ou ainda parecidas (“comer, *kume*”, M), tendo uma grande dificuldade em alongar o discurso explicativo e ficando quase por palavras soltas ou frases copulativas.

Relativamente a A, – o único que reflecte sobre a LP –, este tenta dar uma explicação, com exemplos curtos, da utilização das preposições ‘para’ e ‘a’ com verbos de movimento. Por outro lado, A reflecte sobre os deicticos espaciais em CCV: *kel-li* e *kel-la* que não exhibe a mesma distribuição espacial do que em LP, esta com um sistema ternário (aqui, aí, ali), ao contrário do sistema binário do CCV (*li*, *la*).

⁶ O infinito é *papia* e não “papiar”.

Quanto aos julgamentos normativos, há uma preocupação grande em todos os inquiridos em dominar com correcção a LP, dado em termos profissionais, a LP ser imprescindível, quer em Portugal quer em Cabo Verde. Estas representações normativas também estão presentes no que consideram ser o ‘Crioulo padrão’, i.e., o “verdadeiro”, o do interior de Santiago⁷ (A, M). Os sujeitos dizem falar um Crioulo ‘misturado’, admitindo ainda a existência de variedades dialectais bastante diversificadas.

Retomando o grupo *angolano*, e no que respeita ao *discurso metalinguístico*, há a considerar dois tipos de comentários: o primeiro, no quadro da linguística *folk*: a LP é caracterizada pelas imposições da gramática tradicional (J), ou comparada com outras línguas europeias, em termos de dificuldades, sendo a LP “a mais difícil” a nível de pronúncia e de gramática e a “mais rica”, em termos lexicais (Ma); o segundo, numa perspectiva ‘estética’: “bonita de ser falada”, “elegante nos seus sons” (C).

No que diz respeito às descrições das línguas nacionais de Angola, as perspectivas também não convergem, recuperando-se as duas vias: a ‘estética’ e a ‘linguística’. Na primeira, o Umbundo é uma língua “única” pelo “encanto e musicalidade”, pelos jogos de sons, muito “nasais e muito africanos”(C), completada por uma vertente cultural (“língua riquíssima”) e conceptualmente transcendendo a LP (existência de conceitos intraduzíveis para Português, C). Na ‘linguística’, a perspectiva é oposta à primeira, dado apresentar o Kimbundo por omissão de “palavras e de significados”, e porque se trata de “uma língua às vezes primitiva”, precisando de recorrer ao Português (Ma); para J, os Umbundos tendem a transpor traços fonéticos específicos da sua língua para a LP, fenómenos que não sabe explicar, “só os linguistas saberão”.

Os julgamentos normativos consubstanciam-se em comentários sobre a variedade de Português mais correcta, em Portugal, Brasil, África, sempre na busca da “pureza da língua” (J), “mas Português só é um: o correcto”, não importando os espaços onde é falado. Paradoxalmente, a ‘correcção’, – acabam por confessar –, encontra-se no Português Europeu. Quanto à pronúncia, esta deve ser neutra, próxima daquilo que eles idealizam como padrão. Aliás, J demonstra bem esta preocupação ao utilizar o verbo *pecar*: “eu posso pecar no sotaque, é verdade...”. Outro aspecto focalizado foi o facto de terem sido desvalorizadas as línguas nacionais, no passado, consideradas ‘menores’, “dialectos”, o que originou certos preconceitos visíveis “até à independência do país”. Não obstante a designação “dialecto” remeter para o tempo colonial, estes angolanos utilizam-na nos seus

⁷ Santiago é a ilha mais populosa e onde se situa a capital do país, a Cidade da Praia.

discursos, oscilando com a designação “língua”, sem qualquer conotação pejorativa. Nesta perspectiva de desvalorização linguística, mas, também, social, Ma afirma que o Kimbundo” não é falado pelas classes altas, só pelo povo”.

Nestes dois grupos, encontramos algumas diferenças: enquanto os cabo-verdianos descrevem e incidem fundamentalmente no CCV e sua valorização, nos angolanos é a LP que é destacada – LP em Portugal e em Angola, num ponto de vista diferente, já que são incluídos comentários de ordem estética e afectiva. Em comum partilham uma atitude muito normativa e prescritiva, sobretudo em relação à LP.

Quanto às *dificuldades auto-percepcionadas*, nos cabo-verdianos, elas vão muito a par nos três entrevistados: a oralidade/pronúncia, a escrita, a estrutura da frase, a preposição com as suas contracções. M tenta justificar o fraco desempenho em LP, por um lado, porque o seu meio sócio-cultural é relativamente baixo, por outro, porque tem falhas desde a base (“porque são falhas que no meu caso trouxe desde a escola”). Em Cabo Verde, a LP para ela tinha um papel muito restrito, só quando imigrou para Portugal tomou consciência de que escrevia e falava ‘mal’. No seu discurso refere alguns itens gramaticais que não explora (géneros dos nomes, “concordância”, “morfologia da frase e sintáctica”, “conjugação dos verbos no presente e no passado”, “os modos”), excepção para a pronúncia da vibrante uvular /R/ em que exemplifica: “Também os *erres*. Também essa dos *erres* ... garrafa, nós garafa”). Uma lacuna denunciada claramente foi o vocabulário reduzido que a conduziu a mal-entendidos: “[porque] desconhecia as palavras” .

I, por sua vez, fala nas suas dificuldades na oralidade, maiores do que na escrita, embora a escrita também apresente alguns problemas, sobretudo a nível da estrutura da frase, talvez porque pense em CCV e tente traduzir (“ no início metia palavras crioulas no meio do Português”), na preposição e na colocação da vírgula (“sinceramente não sei porquê”), talvez por não ter hábitos de leitura.

A, quando refere as dificuldades da estrutura da frase, também levanta a hipótese da interferência do CCV poder não ser benéfica. No entanto, o problema não será tanto a nível sintáctico, “sinto que às vezes quero escrever uma frase bem elaborada”; pois, A, assim como I, pretendem obter um perfeccionismo tal que caem em frases rebuscadas e com um vocabulário pouco adequado ao contexto. Além disso, como referido em cima, as preposições e, mais exactamente, as contracções⁸, são obstáculos que A justifica: “Há

⁸ Em CCV, as preposições são simples, não admitindo contracções.

algum tempo que não revejo a gramática”. Aliás, este distanciamento da gramática encontra-se igualmente em I (ANÇÃ, 2009a).

Relativamente às *dificuldades em LP*, os angolanos entrevistados invocam brevemente alguns aspectos não especificados: vocabulário, pronúncia e gramática. Em relação à selecção e colocação do pronome pessoal complemento (Ex: ‘eu lhe vi no sábado’ por ‘eu vi-o no sábado’), Ma diz apenas tratar-se de uma “troca”, enquanto J e C atribuem à interferência da LM, ao pouco contacto com a norma escolar, o que acontece em famílias monolingues de línguas bantu, não se tratando do caso de ambos.

No que toca às línguas de Angola, J, ao referir o Umbundo, destaca a tendência dos seus locutores para transporem a nasalação característica desta língua para os sons da LP. Acrescenta ainda que estes pronunciam [d] em vez de [t], i.e., a consoante oclusiva sonora pela surda, fenómeno que não sabe explicar (“Há sempre esta, esta tendência de, por causa da influência da LM (...) sei lá, os linguistas podem explicar isso, em termos desse *d*”).

No que concerne às *estratégias de aprendizagem e de comunicação em LP*, os três *cabo-verdianos* baseiam-se no ‘modelo do nativo’ – “ouvindo as pessoas, estar atento” ; o professor (em Cabo Verde e em Portugal), mas também os colegas (“lidar diariamente com os colegas”; I; “no trabalho, a conversar com alguém, nos serviços públicos,” M), a prática (“A língua é prática”, I), assistência a programas na televisão, sobretudo aqueles dedicados à LP (A, I). Se a LP não beneficiou quase nada do recurso ao CCV, o mesmo não sucedeu com o Italiano e Espanhol, para quem o Português foi uma via facilitadora (I)⁹. Existe, ainda, um recurso remoto a gramáticas (I e A). Podemos concluir que as estratégias privilegiadas por estes sujeitos se situam mais no âmbito das estratégias sócio-afectivas, nomeadamente no diálogo com os nativos (não só como modelo linguístico, mas também como possibilidade de correcção dos seus enunciados), se bem que as estratégias cognitivas (aquelas que apostam na interacção entre o sujeito e a língua) não estejam ausentes (recurso à tradução, comparação, uso de gramáticas).¹⁰

Por sua vez, as *estratégias de aprendizagem e de comunicação* mencionadas pelos três inquiridos angolanos no que concerne à LP, são unânimes em afirmar que a adquiriram em interacção com os pais “porque a LP é língua oficial de Angola”, mas referem a escola

⁹ Não se partiu da 1ª língua para compreender a 2ª (LP), mas desta para a 3ª e 4ª línguas.

¹⁰ Para mais informação sobre estratégias de aprendizagem, consultar Cyr (1998).

como o local privilegiado de aprendizagem formal¹¹. A importância do aspecto gramatical é acentuado por todos, a par da “fonética”, o primeiro aspecto a apreender numa língua. Como utensílios imprescindíveis estão a gramática e, sobretudo, o dicionário onde se buscam “sinónimos” e se aprende a traduzir. Desta forma, são ressaltadas as estratégias cognitivas, embora as metacognitivas (reflexão sobre as condições mais favoráveis à aprendizagem) tenham algum impacto e, ainda, com menor implicação, as sócio-afectivas.¹²

Quando confrontados, então, com estratégias específicas, nomeiam a tradução (“sempre que se aprende uma língua, faz-se a tradução”, C), ou seja, aprender uma língua é desvendar os seus significados, mas também reflectir e relacionar (“às vezes relaciono”, Ma), assim como consciencializar-se, usar a memorização, o registo escrito e apostar na interacção com portugueses (apenas referido por Ma). A comparação entre línguas foi uma estratégia mencionada, mas sem grande convicção. J diz recorrer primeiro “à língua base”, i.e., à LP para entender o Francês, nunca entre LP e Kimbundo “porque são línguas que cresceram em mim paralelamente”. Ma também afirma partir do Português para o Francês e Espanhol, em termos de vocabulário, dada a proximidade linguística, e do Português para o Inglês, pela distância morfossintáctica e, ainda, do Português para o Kimbundo: “às vezes quando conto”. C diz não recorrer muito a comparações entre línguas, no entanto, na entrevista fala que quando estudou Inglês encontrou alguns sons que não existem na LP e foi, efectivamente, com o Inglês que se apercebeu das diferenças entre as línguas anteriormente adquiridas/aprendidas.

Sintetizando, importa sublinhar que as referências dos cabo-verdianos à sua LM são mais abundantes do que à LP, embora a ponte entre ambos seja estreitíssima. Mesmo ainda sem ensino formal do CCV, em Cabo Verde, e sem estratégias comparativas sistemáticas entre o CCV e a LP, praticadas em aula de LP, o CCV está manifestamente presente, pelo que seria de apostar numa abordagem comparativa/contrastiva entre ambas as línguas.

Os angolanos alicerçam-se linguisticamente na LP, com recurso mais ou menos consciente às línguas bantu, com ligações mais ou menos explicitadas a estas línguas. Se o

¹¹ Fazemos aqui uma distinção entre aquisição e aprendizagem, um pouco na linha de Krashen (1984). A aquisição é feita em contexto natural e informal, de modo inconsciente, enquanto a aprendizagem implica um contexto formal, com processos guiados que levam o aprendente à tomada de consciência.

¹² Para mais detalhes sobre a tipologia de estratégias, ver Cyr (1998).

tipo de estratégias cognitivas é bem aceite por este público, uma abordagem mais sistemática dessas estratégias parece ir ao encontro das necessidades deste público.

2.3. Conclusão do estudo

Estas observações em ambos os grupos põem em destaque algumas questões, como a atitude normativa e prescritiva dos entrevistados. Esta é também uma das constatações de Preston, no âmbito das teorias *folk*: os sujeitos são fortemente prescritivos, encarando a norma, não como uma abstracção linguística, mas como uma realidade. Neste caso, há nos dois grupos uma extrema preocupação com a correcção, particularmente na pronúncia; preocupação salientada por James (1998): os nativos são tolerantes com os estrangeiros em matéria de morfologia, sintaxe e semântica, mas bastante severos em termos de fonologia, sendo este domínio visto como um sinal de incompetência. Para além disso, é de realçar nestes discursos que algumas línguas/variedades não oficiais são sentidas como inferiores e suscitam preconceitos, sobretudo nos angolanos que se organizam em torno da LP, tentando justificar as ligações ‘maternas’ a essas línguas/variedades. O eixo linguístico dos cabo-verdianos, por sua vez, é assumidamente o CCV, surgindo a LP a um nível mais organizativo e académico, embora concorrendo sempre a primeira língua para o sucesso na segunda.

COMENTÁRIOS FINAIS

Este texto pretendeu demonstrar que os ‘saberes vulgares’ sobre as línguas deveriam ser integrados na Educação em Português. Este tipo de saberes leva-nos a compreender alguns posicionamentos face às línguas, por exemplo, a ambiguidade do conceito de LM (assim como o de L2), sentido diferentemente pelos três angolanos entrevistados (para C e Ma, o Português é ‘sentido’ como LM, e para J como L2). Em termos didácticos, a questão coloca-se, desta forma: ou se opta pelo estatuto formal/objectivo da LP, ou seja, do ponto de vista do estado, e estamos perante uma Didáctica da L2, ou se enveredarmos pelo ponto de vista dos locutores, pelo estatuto subjectivo da língua para estes, não teremos resposta. A Didáctica do Português LM não se aplica à realidade linguística destes angolanos analisados, dado haver na variedade falada por estes uma forte presença (não só linguística, mas, também identitária) de uma língua angolana nacional. Deste modo, reencontramos a situação dos entrevistados cabo-verdianos: vivem entre duas línguas e têm em comum a LP, como língua oficial. Neste contexto, é redefinida uma Didáctica da L2 que vem enquadrar ambos os grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÇÃ, Maria Helena. Discursos sobre as línguas – O papel dos ‘saberes vulgares’ na Educação em Português. *Seminário Português Língua Não Materna. Metodologias e Materiais* Lisboa: ILTEC/Associação de Professores de Português, 2009a, p.37-43.

ANÇÃ, Maria Helena. Percepções de angolanos sobre a Língua Portuguesa – Um contributo para a Didáctica do Português Língua Segunda. *Comunicação ao I Congresso Internacional Portugal/Brasil. Relações linguísticas e culturais 2009*. Covilhã: Universidade da Beira - Interior, 14-16 Julho 2009, 2009b (no prelo).

ANÇÃ, Maria Helena *et al.* *Aproximações à Língua Portuguesa: atitudes e discursos de não nativos residentes em Portugal* – (POCI/CED/56110/2004) [Financiamento FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia/ POCI 2010/FEDER], 2005-2007.

BEACCO, Jean-Claude. Les savoirs linguistiques *ordinaires* en didactique des langues: les idiotismes. *Langue Française*, nº131, Paris, p. 89-105, 2001.

BEACCO, Jean-Claude. Trois perspectives linguistiques sur la notion de genre discursif. *Langages*, nº153, Paris, p.109-219, 2004.

CYR, Paul. *Les stratégies d'apprentissage*. Paris : CLE International, 1998.

DEPREZ, Christine. L'apprenant et ses langues : représentations métalinguistiques dans les entretiens autobiographiques. In : ZARATE, Geneviève ; CANDELIER, Michel (Org.), *Les représentations en didactique des langues et des cultures. Notions en Question*, nº2, Paris: CRÉDIF/LIDILEM, 1997, p.113-127.

HOENIGSWALD, Henry. A Proposal for the Study of Folk-linguistics. In: BRIGHT, William (Ed.), *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton, 1996, p.16-26.

JAMES, Carl. *Errors in Language Learning and Use*. London: Longman, 1998.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (Dir.), *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989, p. 47- 78.

KRASHEN, Stephen. *Principles and Practices in Second Language Learning*. Oxford : Pergamon Press, 1984.

MOSCOVICI, Serge. La psychologie du sens commun. In : MOSCOVICI, Serge (Dir.), *Introduction à la psychologie sociale*, v. I. Paris : Larousse, 1973, p. 59-63.

NIEDZIELSKI, Nancy, PRESTON, Dennis (2003/2000). *Folk Linguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

PAVEAU, Marie-Anne. Le parler des classes dominantes, objets linguistiquement incorrect ? Dialectologie perceptive et linguistique populaire. *Études de Linguistique Appliquée*, nº150, Paris, p.137-156, 2008.

PRESTON, Dennis. Qu'est-ce que la linguistique populaire ? Une question d'importance. *Pratiques*, 130/140. Disponível em: <http://www.pratiques-cresef.com/cres08139.htm>. Acesso em 28.05.09, 2008.

SEF/Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2008*. Disponível em: <http://www.sef.pt> . Acesso em 02.02.10.

TRÉVISE, Anne. Réflexion, réflexité et acquisition des langues. *AILE*, nº8, Paris, p.5-39, 1996.